



Propostas para uma Brasília mais sustentável

» MILA FERREIRA
» ANA CAROLINA ALVES

Duas semanas após o início oficial da campanha eleitoral de 2026, o **Correio** ouviu os sete candidatos mais bem posicionados na pesquisa **Correio/Opinião** Inteligência Política sobre cinco temas que estão entre os desafios do Distrito Federal: preservação ambiental e combate à grilagem, recuperação econômica e patrimonial de Ceilândia, Taguatinga e W3 Sul, economia criativa, políticas para a população idosa e a Lei do Silêncio. Os postulantes foram convidados a apresentar as principais medidas que pretendem adotar para enfrentar os problemas de cada área e apontar as prioridades de um eventual governo.

Kleber Sales



Celina Leão
(PP)

Kleber Sales



José Roberto Arruda
(PSD)

Kleber Sales



Leandro Grass
(PT)

Qual a sua proposta para preservar o meio ambiente e evitar a grilagem?

O Estado tem falhado em coibir a grilagem e, ao permitir ocupações irregulares, é parceiro na formação de subcidades e submoradias, depois “oferece” soluções também precárias de regularização, em processos marcados por forte influência de interesses políticos. Além de fiscalizar e coibir, vou promover a oferta de Habitação de Interesse Social (HIS) em áreas preparadas ambientalmente e com infraestrutura básica.

É urgente que o DF tenha acesso a saneamento básico e limpeza urbana com coleta seletiva. Nossa meta é universalizar esses serviços. Também é meta concluir a implantação do Parque Ecológico Burle Marx e retomar o Projeto Orla para a utilização de áreas verdes com lazer, cultura e turismo. Para combater a grilagem, programas de habitação que ofereçam terreno e cheque para as obras básicas de construção, além de regulamentação fundiária de fácil acesso.

Vamos combater a grilagem com inteligência, monitoramento por satélite em tempo real e fiscalização implacável. O Sistema Distrital de Informações Ambientais vai nos permitir detectar e desmanchar imediatamente qualquer invasão ilegal. Atenderemos as pessoas com moradias sociais da Codhab, evitando que elas tenham que buscar por ocupações irregulares para terem onde morar. Com regularização justa e previsibilidade, daremos segurança jurídica às famílias e manteremos as bacias hídricas da nossa região.

O que fará para reverter a degradação econômica e patrimonial dos centros de Ceilândia, Taguatinga e W3 Sul?

A solução passa por levar moradia a essas regiões, garantindo movimento, comércio e segurança. Imóveis públicos vazios ou subutilizados devem ser aproveitados também para habitação de interesse social. No Plano Piloto, o tombamento é a referência para os estudos urbanísticos e de mobilidade, revitalizar os centros é também investir em habitação, mobilidade e preservação ambiental.

Além de desburocratizar os processos para empresas abrirem portas no DF, pretendo requalificar centros comerciais e feiras das Regiões Administrativas. O objetivo é criar um comércio de bairro forte e frequentado pelas comunidades. Com esses polos revitalizados, nós teremos geração emprego, renda e a volta da circulação de pessoas por esses locais, que quando esvaziados, acabam sendo ocupados pela criminalidade. Uma realidade que vamos mudar.

Vamos resgatar todos esses centros comerciais usando o poder de compra do GDF e microcrédito com juro mais baixo. Pelo programa Fomenta-DF, o pequeno comerciante vai contar com linhas de renegociação pelo BRB, para voltar a respirar e poder crescer. Vamos usar o Sistema de Centralidades do PDOT para recuperar os espaços públicos e atrair novas atividades econômicas, gerando empregos de qualidade perto de onde as pessoas moram.

Quais são os seus projetos para impulsionar a economia criativa?

Vamos tratar a economia criativa como setor estratégico para gerar emprego e renda no Distrito Federal. A proposta é apoiar quem empreende em áreas, como audiovisual, música, moda, design, artesanato, gastronomia, games e produção cultural, com qualificação, acesso a crédito e menos burocracia. Também vamos aproximar esses empreendedores da tecnologia, do turismo e dos mercados consumidores, fortalecendo as vocações e os talentos das diferentes regiões do DF.

Vamos desenvolver o Programa Distrital de Economia Criativa e Inovação. Por meio desta iniciativa, vão ser traçadas estratégias com objetivo de fortalecer cadeias do audiovisual, design, gastronomia, moda e artes digitais. É muito importante que o Governo do Distrito Federal olhe com atenção e forneça ferramentas de fomento para essa parcela do setor produtivo, que gera milhares de empregos, e é isso que vamos fazer.

A economia criativa é capaz de gerar emprego e desenvolvimento sustentável. Por isso, vamos instituir a Fundação do Patrimônio Cultural e descentralizar o Fundo de Apoio à Cultura, o FAC, com editais simplificados por região administrativa e cotas para a periferia. Vamos criar incubadoras culturais, integrando a economia criativa ao turismo. Nossa meta é garantir um espaço cultural em cada cidade, unindo arte à escola em tempo integral e descentralizando o acesso ao lazer.

Quais são as suas políticas para os idosos?

Vamos criar o Hospital do Idoso, com atendimento especializado em geriatria e integrado a uma rede de cuidado para o envelhecimento. Essa rede vai conectar as UBSs, equipes de Saúde da Família, atendimento domiciliar, serviços especializados, reabilitação e hospitais, garantindo continuidade do cuidado. Também vamos fortalecer as políticas de proteção, convivência, autonomia e inclusão, para que nossos idosos envelheçam com saúde, dignidade e segurança.

Vamos criar as Clínicas Abertas de Ativação Esportiva e Convivência para a Terceira Idade, reformular parques, centros de convivência e os PECs, oferecendo atividades físicas supervisionadas e esportes de baixo impacto voltados à manutenção motora. A ação transforma o envelhecimento ativo em uma norma programática de Estado. Vamos promover o Programa de Esporte para Toda a Vida, com atividade física para todas as faixas etárias, aproveitando estruturas já existentes como os Centros Olímpicos, por exemplo.

Garantir o direito de envelhecer com dignidade no DF é um compromisso inegociável. Vamos expandir a rede de Centros-Dia e de Instituições de Longa Permanência aderindo ao programa de atenção domiciliar do Ministério da Saúde, e fortaleceremos a Atenção Primária com geriatras e equipes multiprofissionais nas UBS. Também teremos cursos para ensinar os idosos a se protegerem de golpes digitais e vamos garantir acessibilidade plena nas calçadas e no transporte público.

Num eventual governo, vai rediscutir a Lei do Silêncio?

Polêmico, mas tem de ser enfrentada se está excessiva ou se ainda está permissiva, com responsabilidade e diálogo. Exige equilíbrio entre o sagrado direito ao descanso e à tranquilidade dos moradores e liberdade de funcionamento de bares, restaurantes, eventos e atividades culturais. Vamos ouvir moradores, empresários e artistas para ratificar ou aperfeiçoar.

A Lei do Silêncio, no DF, nasceu no meu governo, em 2008. Ela estabelece limites de ruído por tipo de área e período, prevê fiscalização, advertência, multa e até interdição. No nosso entendimento, a lei não é contra bares, restaurantes, igrejas, eventos, festas ou entretenimento. Vamos respeitar quem trabalha, quem empreende e quem se diverte. Se houver um desejo em rediscuti-la, estamos sempre abertos a ouvir a população.

Sim, por meio do diálogo aberto. É preciso equilibrar o sossego dos moradores com o pulsar econômico e cultural da cidade. Os espaços culturais e os bares geram milhares de empregos, atraem turismo e ocupam as ruas com segurança, inibindo a violência. Ao mesmo tempo, os moradores precisam poder descansar com tranquilidade. Pode ter certeza que o nosso governo vai agir como parceiro de soluções integradas, negociadas entre comércio, fiscalização e vizinhança.

